

## CULTURA NA CONSTITUINTE

Yara Sarmento, presidente do Sindicato dos Artistas do Paraná, instalou-se em Brasília para acompanhar de perto os constituintes



# “Todo pensamento tem que ser livre na democracia”

ALEXANDRE RIBONDI  
Da Editoria de Cultura

Apesar de todos os brilhos e de um certo aspecto de festa permanente, as profissões de artista e de técnico em espetáculo no Brasil ainda são precárias e dificilmente rentáveis. E é possível que a maior evidência desta situação seja a constante denúncia de que, no País, a cultura está em crise — denúncia que, justamente por ser feita várias e incansáveis vezes, perdeu a força que deveria ter. Por isso, estão em Brasília alguns representantes de Sindicatos de Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões e da Associação Nacional de Produtores em Artes Cênicas para que a Assembleia Nacional Constituinte não se esqueça de olhar com atenção para as artes brasileiras.

Estes representantes, de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Brasília já conseguiram fazer com que várias de suas sugestões fossem aceitas pelas Subcomissões dos Direitos e Garantias Individuais, de Educação, Cultura e Esporte e dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Cívicos. Entre elas, estão a questão da censura, da aposentadoria, da regulamentação definitiva da profissão e da proteção de salas de espetáculo. Este último ponto, aqui em Brasília, pode ter um interesse todo especial, pois poderá ser aprovada a lei que estabeleça que “a demolição ou transformação de espaços culturais, por parte do estado ou da iniciativa privada, só poderá ser realizada com a substituição por outra instalação”.

O CORREIO BRAZILIENSE conversou com Yara Sarmento, do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Paraná, que se transferiu Brasília há algumas semanas, para acompanhar de perto o que se discute no Congresso Nacional. Aqui, ela dá sua opinião, explica o que têm feito os demais representantes da categoria e dá sugestões. Faz críticas também e lembra que “ser artista é um ato político”.

— Quais são as propostas dos artistas e dos técnicos encaminhadas à Constituinte?

Yara Sarmento — Nós estivemos trabalhando junto às subcomissões que tinham matéria de interesse não só para os trabalhadores em arte mas para os produtores de artes cênicas que estão trabalhando conosco, através da Associação Nacional de Produtores de Arte Cênica (ANPAC), representada aqui por Eduardo Cabus, da APAC da Bahia, junto com a Associação Nacional de Entidades de Artistas e Técnicos, são duas entidades nacionais que estão empenhadas em fazer o acompanhamento da Constituinte e estão preocupadas que suas propostas sejam acolhidas. As propostas giram em torno da liberdade de expressão, liberdade de criação, produção, circulação, difusão e acesso aos bens culturais. Todos estes pontos têm a mesma importância, temos também a questão da regulamentação da profissão no sentido de que esta legislação seja respeitada. Encontramos em um dos artigos do anteprojeto da Subcomissão de Garantias Individuais uma redação que não nos favorece neste sentido. Isto é um absurdo porque a regulamentação da lei de proteção aos artistas e técnicos de diversão foi uma conquista de quase um século de luta. Não queremos que esta conquista seja derrubada.

— E há perigo de que seja derrubada?

Yara Sarmento — Acredita-

mos que sim, porque na Subcomissão de Garantias Individuais, em um dos artigos consta este pensamento, este princípio, e estamos lutando para que a lei que regulariza nossa profissão seja mantida intacta. Neste período de acompanhamento da Constituinte, tivemos o cuidado de registrar estas emendas da regulamentação da profissão na Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte e na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Cívicos. O princípio está portanto estabelecido: respeitar a legislação que relugamenta a nossa profissão. Outra questão que também já está contemplada no anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores são a autonomia e a unidade sindical.

— Você pode explicar melhor o que vem a ser autonomia e unidade sindical?

Yara Sarmento — O sindicato não pode ser atrelado ao Estado, ao poder público, para que tenha condições de trabalhar com total liberdade. E que haja um sindicato representativo da categoria em cada base territorial e que não haja dois ou três sindicatos defendendo a mesma categoria. O nosso sindicato tutela as áreas de teatro, dança, circo, e ópera, cinema e variedade. E manequins e modelos.

— E como vocês estão sendo recebidos dentro do Congresso? Afinal, no Brasil, a cultura nunca é considerada prioritária.

Yara Sarmento — Podemos ver que a cultura não está sendo encarada com a importância que efetivamente tem. A cultura é a vida do País, são as manifestações populares, é até o hábito de tomar um cafezinho. Cultura refere-se a usos e costumes, refere-se à organização do País. A arte, como expressão da cultura, tem também sua importância fundamental. O desenvolvimento cultural de um povo está ligado ao tratamento que ele dá à arte em suas várias manifestações. O que temos observado, principalmente na Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, é que os constituintes não têm acompanhado com grande interesse a questão das artes. Na grande maioria das vezes, as sessões têm corrido com 50 por cento de membros. O tempo dedicado também é curto. Sabemos que a educação é uma questão importantíssima mas o assunto ficou sendo debatido das 13h30 até as 21h30. E a cultura só mereceu, no final da noite, apenas uma hora e quinze minutos, para sermos exatos. Apesar disto, há o empenho de alguns constituintes como Octávio Elísio, Florestan Fernandes, Márcia Kubitschek e Chico Humberto.

— Por que em um País como o Brasil a cultura e as artes são consideradas produtos sofisticados?

Yara Sarmento — É a questão do elitismo das artes. É considerado um produto sofisticado porque o Governo não se preocupa em tornar popular o acesso ao produto cultural. Há os preços dos ingressos que tornam elitista um produto cultural. Se houver subsídio, um apoio maior dos órgãos de cultura dos Estados, então realmente o grande público poderia participar do consumo e da apreciação dos bens culturais.

— Você acha que a linguagem

usada pelos artistas também é sofisticada?

Yara Sarmento — Não. Eu acho que a linguagem é de fácil acesso. Tenho um exemplo: a ópera Fausto, de Gunot, que foi montada no Paraná em 85, considerada em princípio um espetáculo que iria acolher apenas a classe média alta, teve um preço de ingresso bastante acessível e acabou por ter casas lotadas nas três récitas, com público de vários segmentos da sociedade. A periferia de Curitiba também foi. Quer dizer, acabou sendo um sucesso.

— Como está sendo a aplicação, ou a não-aplicação, da Lei Sarney?

Yara Sarmento — Lamentavelmente, a Lei Sarney, pelo resultado até agora, tem sido um engodo. A iniciativa privada não investe, mesmo que o trabalho de alguns órgãos oficiais tenha algum sucesso. O empresário dá preferência ao órgão público em detrimento dos grupos independentes que, em princípio, era a quem a lei pretendia beneficiar. O Estado diminuiu com bastante significado o seu orçamento para a área cultural, contando com o apoio da iniciativa privada, mas isto não está acontecendo.

— Um dos tópicos na Constituinte é a liberdade de expressão. Sabemos que este é um assunto delicado no território nacional. Como isto está sendo conduzido?

Yara Sarmento — Há duas correntes muito fortes: os constituintes progressistas lutando para que realmente haja democracia neste País e a outra corrente, forte, muito poderosa, inclusive por parte da Igreja, que tem grupos organizados juntos às várias comissões que tratam do tema, encaminhando propostas para que a censura permaneça como ela está. Os artistas, técnicos e produtores pretendem que a questão da liberdade de expressão e do acesso aos bens culturais saia da Polícia Federal e que seja criado um Conselho de ética junto ao Ministério da Cultura, composto por representantes da sociedade civil organizada e que as atribuições girem em torno de garantir liberdade de expressão, criação, produção, circulação, difusão e acesso à cultura. Este conselho deverá informar ao público sobre os espetáculos de diversão, sua natureza, conteúdo, faixa etária.

— Mas que não proíba...

Yara Sarmento — Que não proíba, que não corte nada. E com relação às empresas de telecomunicações que haja então uma classificação de faixa etária e horário, mas que os direitos sejam preservados.

— Na sua opinião, censura é incompatível com democracia?

Yara Sarmento — Sim. Na democracia, não se pode censurar, não se pode impedir a livre manifestação do pensamento, não importa qual seja o pensamento.

— E a Constituinte está atenta à questão da pornografia? O que se discute?

Yara Sarmento — Esta matéria já foi debatida sim e a nossa posição é a de que por mais que a Censura hoje esteja funcionando a todo vapor, proibindo e cortando tudo, a televisão tem trabalhado com alguma tranquilidade, tem mostrado cenas ousadas. Mas a bem da verda-

de, quando existe uma boa formação dos filhos, que é a grande preocupação de todo mundo, a gente tem que observar que a questão do sexo é muito simples, é uma coisa biológica mesmo. Não se pode encarar-lo com horror, pavor, com repulsa. As coisas são naturais. Esta questão da abertura da novela Brega e Chique, por exemplo, as mulheres já estão mostrando as nádegas há muito tempo. Por que os homens também não podem mostrar? Qual é a imoralidade no nu que mostra a beleza do corpo humano? Mas a televisão é opcional. Se você não gosta do programa, desligue o aparelho, mude de canal. Os filmes pornográficos, ou os espetáculos de teatro ditos imorais, também são opcionais. Você tem direito à liberdade de escolha.

— E a aposentadoria, está sendo discutida?

Yara Sarmento — E outra luta, esta questão da aposentadoria de bailarinos, artistas circenses e atores líricos. Pretendemos a aposentadoria para estas funções em 20 anos de exercício profissionais, porque são atividades que exigem um desgaste físico e emocional inusitado, e que têm um tempo muito limitado de vida.

— Os artistas de Brasília ainda são muito desorganizados e me parece que o Sindicato do Paraná tem um trabalho muito ativo. Você poderia falar do que é feito em Curitiba?

Yara Sarmento — Tivemos um trabalho muito grande para a criação da Comissão Estadual de Artes Cênicas, temos uma comissão que assessoria e secretário de Cultura e influencia bastante nas decisões na questão de distribuição de verbas, de encaminhamento de documentos com propostas que contemplam os interesses e as necessidades da área. Temos trabalhado na capacitação profissional, na proteção do mercado de trabalho e do trabalhador.

Na Constituinte, quantas emendas vocês já encaminharam?

Yara Sarmento — Já encaminhamos 16 emendas e tivemos cinco acolhidas. Se a redação em si não foi acolhida, o princípio foi.

— E o que significa ser artista em um País que não oferece condições para a profissão?

Yara Sarmento — É a profissão dos loucos. A gente acredita que quando você tem talento e vocação, você tem vontade de participar, de trazer à sociedade questões para a sua reflexão. E uma profissão que oferece alegrias, tristezas e decepções, justamente por esta luta insana do dia-a-dia para ter condições de trabalhar, de fazer bons espetáculos. Ser ator e atriz neste País é uma das profissões mais difíceis.

— E por que a situação do ator no Brasil é tão precária?

Yara Sarmento — Eu acredito que ela é precária porque ainda não nos organizamos. E nossa organização deve ser feita junto à nossa entidade representativa de classe. Porque na entidade podemos expor nosso pensamento, nossas reivindicações que são geralmente justas. A entidade tem que responder aos anseios da categoria e tem que agir. A entidade é a categoria. Temos que estar lutando junto com a entidade de classe, na diretoria que elegemos para nos representar. Esta força permitirá os avanços necessários para que a profissão de artista e técnico neste País tenha mais respeito e os direitos garantidos.

— Fazer arte é um ato político?

Yara Sarmento — É um ato político, sem dúvida nenhuma.

“Há os progressistas na Constituinte que estão lutando pela democracia, e há os que (incluindo a Igreja) propõem que a censura continue como está”.